

LEI nº 334/2007. De 02 de outubro de 2007.

Altera os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, "Caput", revoga os Incisos I e II e acrescenta §§ ao art. 5°; revoga os artigos 8°, 9°, 10 e 11 e acrescenta artigos a Lei Municipal nº 186 de 02 de março de 1998 que dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação de Moita Bonita e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MOITA BONITA, ESTADO DE SERGIPE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas nos termos da Lei Orgânica Municipal.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a sequinte LEI:

Art. 1°. Os artigos 1°, 2°, 3°, 4°, 5° da Lei Municipal nº 186, de 02 de março de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Educação de Moita Bonita - CME, Órgão Colegiado, integrante do Sistema Municipal de Ensino do município de Moita Bonita, com funções normativas, consultivas, deliberativas, propositivas, mobilizadoras, ficalizadoras e de acompanhamento e controle social." (NR)

"Art. 2º. Compete ao Conselho Municipal de Educação de Moita Bonita - CME:

I – Elaborar ou reformular o seu Regimento Interno a ser submetido a aprovação do Poder Executivo Municipal;

II - Fixar normas complementares para o Sistema Municipal de

III - Emitir parecer sobre assuntos da área educacional proposto Ensino; por iniciativa dos Conselheiros ou Chefe do Poder Executivo Municipal, da Secretaria Municipal de Educação ou da Câmara de Vereadores de Moita Bonita, através da Comissão permanente de Educação;

IV - Deliberar sobre medidas para aperfeiçoar o Sistema Municipal

de Educação;

V - Promover conferências, congressos, encontros, ciclos de estudos ou seminários para debates de assuntos pertinentes a educação;

VI - Participar da elaboração do Plano Municipal de Educação e

acompanhar sua execução;

VII - Elaborar diretrizes para a organização de cursos e/ou escolas experimentais no Sistema Municipal de Educação.

VIII – Analisar e emitir parecer sobre:



a) Regimento, calendário e currículos das escolas do Sistema

Municipal de Ensino; b) Os resultados dos processos de avaliação da educação básica nos níveis de sua competência, sugerindo medidas que visem a melhoria da qualidade do ensino;

c) Questões relativas a aplicação da legislação referente a Educação

Básica.

IX – Baixar normas para:

a) Autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos e escolas pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino;

b) Inspeção e supervisão das Unidades de Ensino;

c) Matrícula, transferência e adaptação de alunos;

d) Organização e funcionamento da Educação de jovens e Adultos,

Educação Especial e Educação Profissional.

 X – Acompanhar o recenseamento anual da população em idade escolar para o ensino Fundamental, conforme as prioridades constitucionais.

XI - Manter intercâmbio com os demais Conselhos Municipais,

Estaduais e Nacional de Educação.

XII - Publicar semestralmente relatório de suas atividades.

XIII - Exercer outras atividades no âmbito de sua competência.

Parágrafo único. As transferências de recursos para organizações governamentais de educação se processarão mediante convênios, acordos, contratos, ajustes, obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os projetos aprovados pelo Conselho Municipal de Educação de Moita Bonita - CME. (NR)

- "Art. 3º. Para assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação, o Conselho Municipal de Educação de Moita Bonita, compõe-se de 10 (dez) membros, com seus respectivos suplentes, dentre pessoas idôneas, de reconhecida experiência em matéria de educação, observado o seguinte critério:
 - Um representante da Secretaria Municipal de Educação, 1. indicado pelo titular da pasta;

Um representante dos Professores da Rede Municipal de

Ensino, indicado pela categoria;

Um representante dos Diretores das Escolas Públicas Municipais, escolhido em reunião específica.

Um representante dos proprietários de escolas particulares do município de Moita Bonita, escolhido em reunião específica; Municipal de da Secretaria Representante Um

Administração indicado pelo titular da pasta.

Um Representante dos Pais de Aluno sediada no 6. Município escolhida em reunião especificas;

Um Representante das Igrejas escolhida em Reunião

especifica.

Um Representante das Entidades Civis Organizadas, escolhido em reunião específica (Associações Comunitárias).



- 9. Um Representante dos alunos das redes Municipal e Privada do Município.
- 10. Um Representante do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.
- § 1º. Os membros do Conselho serão nomeados por Decreto do Prefeito Municipal.
- § 2º. Os suplentes de que trata o caput deste artigo, substituirão os titulares em seus impedimentos, afastamentos ou ausências, tendo direito a voz e voto nessas ocasiões."(NR)
- "Art. 4º. O Mandato do Conselheiro é de 02 (dois) anos, vinculando-se o cumprimento integral à continuidade do exercício da função, Poder ou Instituição representada, permitida a recondução por apenas mais um período de igual duração.
- § 1º. Em caso de vacância do titular, assumirá o suplente para completar o mandato e, se o período do mandato a ser completado for superior a um ano, será nomeado novo suplente, obedecido o mesmo critério de indicação quando da nomeação do sucedido.
- § 2º. O Conselheiro que renunciar a qualquer tempo seu mandato, não poderá ser reconduzido ou nomeado para o período subseqüente.
- § 3º. Configura-se renúncia tácita ao mandato de Conselheiro a ausência a quatro sessões plenárias consecutivas ou seis intercaladas, sem que tenha havido justificativa ou licença concedia e o suplente não o tenha substituído conforme §2º do art. 2º desta lei.
- § 4º. O Conselheiro que não puder comparecer à reunião deverá comunicar essa impossibilidade ao respectivo suplente para substituí-lo e ao Presidente do Conselho." (NR)
- "Art. 5º. O exercício da função de Conselheiro é considerada de relevante interesse público, sem remuneração, e tem prioridade sobre qualquer outra atividade, função, cargo ou emprego público municipal, ficando abonadas as faltas ao serviço, dos servidores municipais que a exercer, durante o período das reuniões.
- § 1º. Conselho Municipal de Educação de Moita Bonita CME tem um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos entre seus membros, por maioria absoluta, em escrutínio secreto, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição.
- § 2º. As reuniões são presididas pelo Presidente e, na sua ausência, pelo Vice-Presidente.
- § 3º. Na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, cabe ao Conselheiro mais idoso assumir a direção dos trabalhos.



- **§ 4º.** O Presidente do Conselho Municipal de Educação de Moita Bonita – CME terá o voto de qualidade nas sessões do Conselho.
- § 5º. A Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, assume a presidência de honra das sessões do Conselho, sempre que a elas comparecer, não tendo, porém, direito a voto. (NR)
- **Art. 2º.** A Lei Municipal nº 186 de 02 de março de 1998, é acrescida dos artigos 7º-A, 7º-B, 7º-C, 7º-D, 7º-E, 7º-F e 7º-G:
- "Art. 7º-A. O Conselho reúne-se em Sessão Plenária, 01 (uma) vez por mês, podendo haver convocação extraordinária por iniciativa da Presidência ou para atender a requerimento da maioria absoluta dos seus membros.
- §1º. As sessões do Conselho somente funcionarão com a presença da maioria absoluta dos seus membros.
- **§2º.** Fica a cargo do presidente a convocação para reuniões extraordinárias.
- **Art. 7º-B.** As deliberações do Conselho de conteúdo normativo e de caráter geral, especialmente que versarem sobre as matérias indicados nos incisos II, IV e IX do artigo 2º, dependem da homologação do(a) Secretário(a) Municipal de Educação.
- §1º. A Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, homologará ou vetará as deliberações no todo ou em parte, no prazo de dez dias úteis, contados da data em que derem entrada no seu Gabinete.
- § 2º. Decorrido o prazo a que se refere o parágrafo anterior, sem comunicação do Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, considerar-se-ão homologadas as deliberações.
- § 3º. A Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, ao vetar qualquer deliberação, comunicará ao presidente do Conselho, por escrito, dentro do prazo previsto, os motivos do veto, podendo o Conselho rejeitá-lo por deliberação de 05 (cinco) votos dos seus membros, no prazo de vinte dias, contados da data do recebimento da comunicação.
- **§ 4º.** O veto deverá ser apreciado no prazo acima estabelecido e, se esgotado, deverá ficar sobrestado todas as demais matérias que por ventura estejam em pauta.
- **Art. 7º-C.** Para efeito do disposto no artigo anterior, não são computados os dias compreendidos aos períodos regimentais de recesso dos membros do Conselho.
- **Art. 7º-D.** O Conselho Municipal de Educação de Moita Bonita CME poderá dividir-se em Comissões para:



a) Realizar estudos específicos e outros previstos no seu regimento Interno, submetido a apreciação do Plenário;

b) Deliberar sobre matérias em que o Conselho tenha firmado

entendimento pacífico;

c) Atender os dispositivos previstos nos incisos I, II, III, IV, VIII, IX e X do art.2º desta Lei.

Art. 7º-E. O Conselho Municipal de Educação de Moita Bonita – CME terá a seguinte estrutura administrativa:

I - Plenário:

II - Presidência;

III - Comissões a ser definida em seu Regimento;

IV - Secretaria Geral;

VIII - Assessoria Técnica;

IX - Assessoria Legislativa.

Art. 7º-F. Para preenchimento dos cargos de Assessor Técnico e Assessor Legislativo, previsto no artigo anterior, ficam criados 02 (dois) cargos de provimento em comissão, equivalentes ao símbolo **CC-1** da Estrutura Administrativa e Funcional do Município de Moita Bonita.

Parágrafo único. O cargo de Secretário Geral bem como os demais funcionários necessários ao funcionamento do Conselho Municipal de Educação de Moita Bonita – CME será preenchido por servidores cedidos pela própria Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

- **Art. 7º-G.** O Conselho Municipal de Educação de Moita Bonita CME órgão integrante do Sistema Municipal de Ensino constitui-se Unidade Orçamentária da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer."(NR)
- **Art. 3º.** Fica o poder Executivo autorizado abrir crédito de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para atender as despesas com a implantação da nova estrutura do Conselho Municipal de Educação.
- **Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Moita Bonita, em 02 de outubro de 2007.

Glória Grazielle da Costa Prefeita Municipal.